



A EDUCAÇÃO COOPERATIVA: VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO

Arcângelo Dos Santos Safanelli
Luiz Salgado Klaes
Andréa Wolff
Raquel LÍlian Barbi De Cerqueira

RESUMO

O artigo compreende conceitos dos Princípios Cooperativos, da Educação, Formação e Informação, e da Comunicação e Responsabilidade Social no Sistema Cooperativo. Apresenta uma breve visão histórica do Princípio Cooperativo da Educação, fundamental ao aprimoramento do pensamento científico em relação a valorização do ser humano, fundamentado em um dos postulados morais de onde deriva as regras fixadas pelo costume cooperativo. No Sistema Cooperativo, a Educação Cooperativa é componente fundamental para a conscientização e valorização do ser humano e do processo democrático. A presente pesquisa baseou-se na pesquisa exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental. Dessa forma, espera-se que o estudo ora apresentado contribua para o ensino da pesquisa e, para a importância do cooperativismo, como fator de desenvolvimento, tanto como humano como para as Universidades.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Cooperativismo; Princípios.

ABSTRACT

The article covers concepts of Cooperative Principles, Education, Training and Information, and Communication and Social Responsibility System Cooperative. Presents a brief historical overview of the Cooperative Principle of Education, key to the improvement of scientific thought about valuing human life, based on one of the postulates from which derives the moral rules laid down by the usual cooperative. System Cooperative, the Cooperative Education is a key component to awareness and appreciation of human and democratic process. This research was based on exploratory research, using the documentary and

bibliographical research. Thus, it is expected that the study presented here contributes to the research and teaching, the importance of cooperatives as a factor of development, both as human and the University development's.

KEY WORDS

Education; Cooperative; Principle

1. INTRODUÇÃO

Vários estudos apresentados em eventos e universidades já abordaram discussões sobre o processo participativo no trabalho do ser humano, sobre a necessidade de ser motivado e valorizado. A contribuição de um Sistema Cooperativo no processo de trabalho ocorre na medida em que recursos humanos capacitados para as funções diretivas, gerenciais e operacionais, aliada à conscientização dos associados das cooperativas, em relação ao papel econômico-político e social em que estão organizados atingem as demandas pré estabelecidas no movimento.

Nos Princípios de Rochdale, as cooperativas apresentam, por natureza de Responsabilidade Social Corporativa, a base dos princípios éticos de uma sociedade, inseridos na cultura organizacional e nos processos da empresa na forma de valores e atitude mais humanos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A origem do Cooperativismo surgiu na Europa, em fins do Século XVIII, frente a situações econômicas difíceis. Os setores mais modestos da população e mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços, para compensar assim a debilidade individual de seus componentes com a força de seu grupo.

Mediante associação, procuraram não somente a satisfação mais imediata de suas necessidades materiais, senão também a consecução de ideais já expressados pôr numerosos pensadores da época, acerca de uma vida mais digna, justa e solidária, buscaram realizar ideais de igualdade, solidariedade, justiça, equidade, liberdade e educação.

O Movimento Associacionista teve manifestações no campo trabalhista, político e sócio-econômico, dando lugar neste último caso ao aparecimento das modernas Organizações Cooperativas.

Os Princípios essenciais à Cooperação, não são mero exercício acadêmico, são também problemas de ordem prática. Para se ter uma autêntica cooperativa esta deve estar organizada e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas, mas estes Princípios ou Normas não são de caráter absolutamente imutáveis, e devem manter sua vigência através dos anos. Klaes & Salm (1997, p.7)

Os princípios ou normas fundamentais, nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e a promoção da educação, a formação e informação”. Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois abarcavam os aspectos do associativismo e econômico, e três complementares, dentre os quais encontramos o Princípio da Educação. Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação

ascendeu a condição de fundamental, o que no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi ratificado.

As entidades que atualmente conhecemos com a denominação de cooperativas, surgiram na Europa, em fins do Século XVIII, como uma reação popular de defesa frente às situações de injustiça e abuso derivados das condições imperantes.

O ambiente sócio-econômico da época se caracterizava pelas seguintes circunstâncias:

- a) escassa intervenção do Estado nas atividades econômicas;
- b) predominância das doutrinas individualistas;
- c) significativa evolução tecnológica a qual determinou a Revolução Industrial;
- d) desumanas condições de trabalho impostas no início da Revolução Industrial;
- e) desumanas condições gerais de vida; e
- f) situação de absoluto desamparo da maioria da população frente aos intermediários.

Frente a estas situações tão afligentes, os setores mais modestos da população, que eram ao mesmo tempo os setores mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços, para compensar assim a debilidade individual de seus componentes com a força de seu número.

Mediante associação, procuraram não somente a satisfação mais imediata de suas necessidades materiais, senão também a consecução de ideais já expressados pôr numerosos pensadores da época, acerca de uma vida mais justa e solidária.

Frente à intermediação supérflua, a adulteração de produtos, a usura e outros males existentes, a reação das pessoas afetadas consistiu, em estabelecer empresas adequadas, mercê da associação de seus esforços e recursos. Para satisfazer por si próprio suas legítimas necessidades, os indivíduos criaram as cooperativas, suas próprias empresas, assumindo os riscos e gozando das vantagens, com base em normas de organização e funcionamento, e buscaram realizar ideais de igualdade, solidariedade, justiça, equidade, liberdade e educação.

Também podemos destacar, que esse Movimento Associacionista teve manifestações no campo trabalhista, político e sócio-econômico, dando lugar neste último caso ao aparecimento das modernas Organizações Cooperativas. Não podemos deixar de destacar, que diversos tipos de cooperativas, destinadas a servir a distintas necessidades da população, surgiram nesta época pôr toda a Europa simultaneamente.

A aristocracia medieval havia sido substituída no poder por uma nova classe, a dos empresários, proveniente de uma transformação total da concepção humana do trabalho profissional, em parte influência do protestantismo, ela era dotada de um sentido valorativo próprio.

Com a introdução de novas técnicas nos campos agrícola e industrial, veio à classe dos empresários a dispor em breve prazo de um adversário mortal, a nascente classe proletária. A migração dos campos para as cidades, por força da introdução de maquinaria na agricultura, fez aumentar o já elevado volume de mão de obra disponível nelas existente.

Faltava apenas uma experiência triunfante para a bola de neve iniciar a descida. Colhendo uma idéia daqui, outra dali, conseguiram os Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, organizar um todo coerente, resistente às investidas de todos os que viam na cooperação um perigo para o *status quo*.

Foram 28 os fundadores da Cooperativa “Os Pobros Pioneiros de Rochdale”, operários na sua quase totalidade, sendo que havia entre eles uma mulher. Rochdale, arrabalde industrializado de Manchester, Condado de Lancashire, viu assim nascer o moderno cooperativismo. A instalação em Toad Lane (Beco dos Sapos) da pequena loja tinha pôr

objetivo tirar o maior proveito dos magros salários que auferiam os associados, permitindo-lhes assim, dispor de algum capital para a sua empresa de produção.

Quando da criação da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale, o seu prodigioso Estatuto previa a organização do empreendimento baseado em princípios, ao qual todos deveriam aderir. Por princípios cooperativos, entende-se: os postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo.

Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais, que quem participa deve estar de acordo em cumpri-los.

Definir os Princípios essenciais à Cooperação, não é um mero exercício acadêmico. Representa em si mesmo um problema prático, por exemplo, para o legislador. Como a Cooperação se difunde pelo mundo e os distintos governos apreciam as suas vantagens como um dos componentes de seus sistemas econômicos nacionais, então deve existir alguma forma de previsão legal, assim como qualquer outro tipo de associação dedicada ao comércio, a indústria, aos bancos, etc.

Por fim, para constituir-se em autênticas cooperativas estas devem estar organizadas e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas. É necessário reconhecer que estes Princípios ou normas não são de caráter absolutamente imutáveis; porém devem manter no essencial, sua vigência através dos anos e são objetos de reconhecimento praticamente universal.

Com visão profética, Os Pobros Pioneiros de Rochdale, interpretaram a necessidade de educar os sócios de sua empresa cooperativa desde o início, apesar de não estar claro como uma regra básica do Primeiro Estatuto da Sociedade a educação cooperativa, logo os iniciantes trataram de organizar uma biblioteca pública e alguns cursos os quais eram impartidos entre os pioneiros e cobriam as mais variadas gamas culturais. Por outro lado, já na reformulação de 1845 e 1854 de seu Estatuto os Pioneiros incluíram e ampliaram a sua visão concernente a educação.

Os Princípios Cooperativos, expostos pela primeira vez de forma sistemática pela Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, foram a partir da criação em Londres da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, estudados e debatidos pela entidade que agrupava as cooperativas a nível mundial em sucessivos Congressos Internacionais, aprovando reformulações dos mesmos a partir de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Inglaterra).

As profundas modificações produzidas no comércio e na indústria mundial, em quase um século de criação da Cooperativa de Rochdale, fez com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos o que aconselhou a realização de primeira grande revisão de seus conteúdos.

As considerações de tais princípios ou normas fundamentais, nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e a promoção da educação, a formação e informação”.

Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois abarcavam os aspectos do associativismo e econômico, e três complementares, dentre os quais encontramos o Princípio da Educação.

Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação ascendeu a condição de fundamental, o que no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi ratificado

Não se pode deixar de lembrar a afirmação de Paul Lambert em sua obra “La Doctrina Cooperativa”, p. 326, quando afirma “de que o Princípio da Educação, é desconhecido como tal pôr importantes historiadores e comentaristas tais como Charles Gide entre outros”, porque o mesmo não estava expresso claramente no Primitivo Estatuto, elaborado pelos Pioneiros em 1844, senão o mesmo aparece somente no Estatuto de 1854.

O que não cita Paul Lambert nem os outros tratadistas é de que George Jacob Holyoake, em “Historia de Los Pioneros de Rochdale”, no XV Capítulo atribui a Brearly a idéia de agregar esta regra. Porém, Florencio Eguia Villaseñor em Los Principios del Cooperativismo” concorda com Holyoake.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, descritiva e bibliográfica de acordo com a classificação de Cervo, Bervian e Silva (2007).

No que se refere o caráter qualitativo deste artigo, Vergara (1997) afirma que pesquisas qualitativas investigam as realidades sociais através da compreensão e interpretação dos significados humanos e seus processos de construção social.

Também concomitante à pesquisa exploratória foi utilizada, como suporte empírico, a experiência dos autores com o assunto tratado, possibilitando um olhar crítico, mais ponderado, sobre os aspectos abordados.

4. EDUCAÇÃO COOPERATIVA

A Cooperativa é uma associação de pessoas (físicas ou jurídicas), mas ela também é uma empresa econômica. Pôr isso se diz que a cooperativa tem dupla natureza. Como associação, a cooperativa reúne pessoas que tem interesses comuns. Nessa associação, todos os associados têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, definidos em seu estatuto.

Se em outras empresas a participação nas decisões e nos resultados é mais ou menos permitida, conforme a conveniência da própria empresa, na cooperativa a participação é exigida pelo próprio modelo, pois nela os cooperados são os donos, proprietários, usuários e fornecedores. Sem essa participação efetiva dos cooperados, não existe cooperativa legítima. Quanto mais consciente e responsável à participação, tanto mais eficiente será a empresa cooperativa.

Para conseguir que essa participação dos cooperados seja consciente e responsável, só existe uma alternativa: um permanente processo de Educação e ou Capacitação Cooperativista. Por esse motivo, a Educação/Capacitação é um direito inalienável do quadro social, e não um assunto a ser analisado quanto à sua conveniência ou não para a cooperativa.

O que se constata cada vez mais é que a Educação/Capacitação é o melhor respaldo para a administração de qualquer cooperativa, pois somente com a participação consciente e responsável de todo o quadro social, a cooperativa adquire estabilidade e se desenvolve num processo autogestionado.

Para cumprir a sua função social e econômica no contexto desenvolvimentista regional e nacional, é necessário que a cooperativa estabeleça procedimentos educacionais adequados ao seu sistema de finalidades, adaptados às particularidades das comunidades cooperativistas, e, principalmente, orientados para a formação de cooperadores.

A Educação Cooperativista deve colocar à disposição do movimento o instrumental cultural, científico e tecnológico criado pelo mundo moderno, respeitando o conhecimento e as experiências populares, a fim de obter um aumento significativo dos bens e serviços gerados pela ação da cooperativa.

A Educação/Capacitação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a auto capacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

É a educação o mais importante dos Princípios Cooperativos ? Muitos não têm obstaculizado em contestar categoricamente que sim, ao concebe-lo como um meio de formar a sociedade-empresa e fazer dê-la um instrumento de superação humana. Deste modo, a educação cooperativa, tanto é um meio, quanto à concepção de um fim. Em todo o caso, a educação é necessária em toda a atividade humana e no cooperativismo, por ser eminentemente um ato humano, não podendo estar ausente, ou então deixará de ser cooperativismo.

Sem a educação, não se pode compreender nem aplicar nenhum dos outros princípios cooperativos, e desta maneira a mesma deixara de ser. A adesão, sem educação, ou estará ausente em absoluto, ou se converterá em um gregarismo de conveniências; a democracia será tirania, oligarquia ou demagogia; a empresa, com seu capital, seus serviços e suas operações se tornará em mais um negócio, como tantos outros; os excedentes se converterão em uma melhor expressão do “homem, lobo do homem”, e a integração estará ausente acarretando o isolamento, a competição e o antiooperativismo, porém não a solidariedade humana que o cooperativismo pretende implantar em todo o mundo.

Por isso a importância da educação, alheia a outros negócios do meio sócio-econômico em que vivemos é que levou a Aliança Cooperativa Internacional-ACI, a recomendar a adoção como um Princípio Básico para o Cooperativismo, a partir de 1937, a Educação Cooperativa. No Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Paris naquele ano a ACI, textualmente afirmou: “As Cooperativas devem destinar e aplicar fundos para a educação de seus sócios, dirigentes, empregados e do público em geral, a base dos princípios e técnicas da cooperação, tanto nos aspectos econômicos quanto nos democráticos”.

Porém inicialmente seria de bom alvitre recordar o que alguns tratadistas entendem pôr educação, para a qual foi recompiladas algumas definições bastante difundidas:

Experientia docet (a experiência ensina, conforme os Romanos afirmavam). Platão concebia a educação como uma “necessidade de dar corpo e a alma toda a beleza de que seja sucessível”. Quintiliano opinou de que “a educação consiste em fazer o educando um ser humano menos imperfeito possível”. Herbert Spencer afirma o seguinte: “o ideal da educação consiste em obter uma cabal preparação do ser humano, dentro de um sentido perfeito para que se desenvolva em toda a sua amplitude”. Modernamente, a educação pode ser definida como “um processo pelo qual as novas gerações se apropriam dos bens culturais da comunidade local, nacional e internacional, para alcançar seu pleno desenvolvimento humano integral”, quer dizer sua humanização. A vida educa, dizia J. H. Pestalozzi, grande pedagogo suíço, repetindo a afirmação dos Romanos com algumas diferenças.

Cada uma destas definições ou conceitos requereria uma vasta explicação, porque os termos querem dizer mais do que aparentemente expressam. Em todo caso vale ressaltar que a educação é uma aquisição de conhecimentos teóricos ou técnicas, para ilustrar a inteligência ou a adoção de novos hábitos ou condutas de vida que modelarão a vontade.

A própria palavra educação, é etimologicamente indicativa, já que se deriva de Ex: fora e Dúcere: levar, conduzir, com a qual se expressaria como arte e ciência de sacar o ser humano de onde se encontra para leva-lo a um novo estrato, mais elevado individualmente e socialmente.

Gromoslav Mladenatz com grande clarividência, foi quem primeiro destacou a importância da moderna relação pedagógica com o cooperativismo em sua obra “Historia de las Doctrinas Cooperativas”, quando se refere à atuação na Suíça da Escola de Johann Heinrich Pestalozzi e Fellenberg, os quais são considerados os iniciadores do Cooperativismo Helvético.

Desta maneira, qualquer que seja a definição adotada para o termo educação, esta sempre implicará em uma mudança, um crescimento, um desenvolvimento. Seja porque se tenha adquirido conhecimentos, destrezas ou novas habilidades, ou porque tenhamos melhorado a nossa conduta por meio de novos hábitos positivos.

Esta interpretação da ciência da educação e do cooperativismo deu-se ao longo dos tempos, desde a criação da primeira cooperativa, modernamente tem aparecido novos e modernos conceitos inovadores relativos ao ensino, tais como a formação permanente, a educação de adultos, de maneira tal que acabaram redundando no aparecimento das Escolas de Freinet e Prevost na França, a qual podemos estender até Paulo Freire no Brasil, pelo menos na fase inicial.

Por outro lado, não podemos nos esquecer do Padre Moisés Coady no Canadá, o qual foi o criador do Método do Círculo de Estudos, assim como alguns cooperativistas argentinos, tais como: Emilio Bottini, María Argentina Gómez Ullía e María Vargas de Ferrante

Deduzimos, então de que educação e a cooperação são idéias que tem caminhado unidas no processo reformador da sociedade nos últimos tempos.

O Relatório produzido pela Comissão da Aliança Cooperativa Internacional em 1966 a qual estudou a reformulação dos Princípios Cooperativos, traçou um amplo panorama de como era interpretado e de como deveria ser levado a cabo a Educação Cooperativa. Este aspecto inicia com um parágrafo o qual procura relacionar o valor pedagógico e a sua relação educativa com a cooperação.

Florencio Eguia Vallaseñor, em “Los Princípios del Cooperativismo” p. 197, assim se expressa: “não é uma mera coincidência de que tantos Pioneiros e dirigentes eminentes da cooperação também tenham sido excepcionais educadores populares”.

A seguir, foram esboçados os conteúdos e formas de serem levadas a cabo a Educação Cooperativa, assinalando de que inicialmente a mesma deva ser variada e não tão acadêmica. Considera de que a ação cooperativa é uma forma de ensino em si mesma e também preconiza de que no mundo moderno está cada vez mais impossível serem limitados os conhecimentos daqueles que os recebem na mais tenra idade, já que a educação, segundo a ótica cooperativa é um processo que tem início porém não tem fim, pois a mesma dura toda a existência do ser humano.

No cooperativismo ser melhor é um imperativo. Porque não basta a associação pela associação, senão para algo definido como seja a superação humana em relação aos demais. Tampouco basta a empresa ser excelente, ela deverá ser considerada como um meio. Não basta ter dinheiro somente, se bem que serve para solucionar muitas necessidades. O cooperativismo, se circunscreve somente aos negócios, é um pobre negócio. No negócio cooperativo, se aspira muito mais, o qual só pode ser obtido através da constante educação e capacitação do ser humano.

Ao estudar-mos sumariamente, a educação, é imprescindível ocuparmo-nos, pelo menos, de três elementos fundamentais, a saber: o sujeito da educação; o conteúdo da educação e o método educativo. Todos estes deverão ter como ponto de partida o ser humano.

Como pode-se depreender o Princípio Cooperativo da Educação, transcende a história assim como também existe uma relação constante e não só rochdaleana entre a

educação e a cooperação. Decididamente, o mesmo tem ficado relegado na maioria das cooperativas ao seu próprio destino, qual seja o de não ser levado muito a sério, por falta ou ausência de uma melhor preparação e capacidade dos dirigentes em compreender a sua importância e validade, além da constante falta de recursos financeiros para tal.

Algumas cooperativas se utilizam do expediente de conceder bolsas de estudo para os filhos de seus associados mais carentes para que os mesmos sigam estudando, outras vezes realizam viagens de estudo, etc. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Alguns dos seus objetivos são:

- a) Assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica e contínua;
- b) Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- c) Exercer a coordenação, supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares.

Quando existem programas cooperativistas, os mesmos invariavelmente são realizados com aportes financeiros de agências governamentais. Neste caso, então são realizados seminários, simpósios, encontros ou cursos, na maioria das vezes para dirigentes, técnicos e muito pouco para associados. Esta capacitação geralmente é adotrinária e não ideológica.

O **sujeito da educação** é o ser humano, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, porque a educação tem um início e jamais termina, salvo com a morte da pessoa. Ela é um processo que esta presente durante toda a existência do ser humano, ou seja, toda a sua vida, se bem que hajam pessoas que afirmam de que já não estão mais para aprender.

O segundo elemento importante é o **conteúdo da educação**, ponto essencial depois de serem definidos os sujeitos. O conteúdo da educação deve tratar do que se pretende ensinar e o que devem conhecer os sujeitos dela. Não se pode realizar um trabalho educativo sem um prévio conhecimento valioso e que sirva para conseguir as mudanças pretendidas.

Nas cooperativas o conteúdo da educação deverá cobrir fatores endógenos e exógenos da mesma, ou seja, a cooperativa em sua composição interna e externa.

Sócios, diretores e empregados como também o público em geral deve conhecer a natureza da cooperativa quanto a sua filosofia doutrinária, os princípios cooperativos, e também a parte técnica.

O conteúdo da educação cooperativa são as normas vigentes as quais devem ser interpretadas para um bom cumprimento das mesmas, já que elas devem estar expressas nos seus estatutos, regulamentos, acordos e declarações imperativas as quais são a espinha medular da essência da cooperativa para benefício dos associados e de suas comunidades.

Também deve fazer parte do conteúdo da educação cooperativa a estrutura interna da cooperativa, tanto no que se relaciona aos órgãos governamentais, como da assembléia, dos diversos conselhos, comitês, quanto às estruturas operacionais que dão suporte para a concessão dos distintos serviços.

O conteúdo da educação cooperativa também deve plasmar os conhecimentos relativos aos direitos e as obrigações dos sócios para com a sociedade. Se estes são desconhecidos, não podemos demandar uns sem o cumprimento dos outros. O membro de uma cooperativa deve conhecer cada um dos serviços oferecidos por sua empresa

Já com relação ao **método educativo**, o mesmo deverá responder a seguinte indagação: como fazer a educação? Porém, sobre este tema muito pouco ou quase nada encontramos escrito, apesar de encontramos muitos textos produzidos sobre metodologia, educação ativa, técnicas para educação, etc. A educação antes de mais nada é uma arte, uma criação pessoal, além de ser uma ciência.

A Educação Cooperativa também deve abranger as limitações do quadrilátero cooperativo. Deste modo, o planejamento da educação cooperativa deve expandir-se no sentido das quatro direções, qual sejam: educação para os sócios, para os administradores para os técnicos e para o público. Esses quatro aspectos dependem de diferentes programas, os quais devem ser ajustados caso a caso, conforme a ocasião. Tudo coordenado através de um amplo programa integrado e comum. A administração, o volume e a repercussão dos programas devem constituir-se objeto de pesquisas sociológica em matéria de Educação Cooperativa.

George Davidovic, ao fazer uma pesquisa nos anos setenta conseguiu compilar diferentes Centros Universitários de Educação Cooperativa a nível mundial. Apesar do alcance desta, foi possível comprovar que o lugar ocupado pelo ensino do cooperativismo no nível de terceiro grau naquela época ainda era modesto como hoje o é também.

Vários são os institutos universitários especializados, os quais se tem fixado na tarefa da educação técnica e social, ou seja, a dos sócios, a dos administradores, a dos técnicos e a dos empregados das sociedades cooperativas. Podemos citar a nível internacional a Ecolé de Nîmes, Collège Cooperatif de Paris, Instituto de Estudos Cooperativos da Universitat Munster, Escuela de Administración Cooperativa da Colombia, etc..

Cada cooperativa, com base no seu desenvolvimento e experiência, poderá encontrar a melhor maneira de realizar o trabalho quer educativo interno ou externo. Esses programas devem ser apoiados com recursos próprios e, conscientes de que educação não é despesa e sim um investimento de longo prazo.

O Programa Educativo deve ser elaborado sob a supervisão do Conselho de Administração por ser o órgão que deve promover e realizar a coordenação de todos os serviços. Neste deverão estar incluídos todos os sujeitos da educação, como também todos os conteúdos progressiva e sistematicamente. Uma vez elaborado, o programa deverá ser atualizado pelo menos anualmente.

O Relatório de 1966 da ACI, relativo aos novos enfoques a serem dados aos Princípios Cooperativos, apontou para a hipótese da criação de um centro supranacional de educação cooperativa mundial, e que veria a ser a Universidade Cooperativa Internacional, o qual sempre foi um sonho de muitas gerações de cooperativistas, desde Totomianz até Laszlo Valko passando pôr Henry Desroche. Sempre foi falado e preconizada a necessidade da criação de “um Centro de Educação assim como de um Instituto de Capacitação Cooperativista, com pessoal necessário para formar dirigentes aptos, com professores capazes, dentre os mais eminentes educadores cooperativos do mundo, dispostos a orientar o acelerado desenvolvimento da cooperação a nível internacional.

Os seminários internacionais organizados pela Aliança Cooperativa Internacional, acabaram levando a criação de um organismo especializado em educação cooperativa, o qual é conhecido por AGITCOOP, e os projetos de elaboração e criação de materiais educativos com valor didático adequado para as populações das áreas menos desenvolvidas ou em desenvolvimento, ficaram por conta da Aliança Cooperativa Internacional e da Organização Internacional do Trabalho. O mais importante destes projetos foi o MATCOM Project – Material and Techniques for Cooperative Management Training.

O MATCOM Project, foi criado em 1978 pela Oficina Internacional do Trabalho, com um financiamento e posterior suporte da Swedish International Development Authority – SIDA. Este trabalhava em parceria com as organizações cooperativas e centros de treinamento encarregados de realizar a capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos no cooperativismo. O MATCOM Project desenhava e produzia os materiais necessários, assim como desenvolveu toda uma metodologia de suporte para o treinamento e a capacitação de cooperativas. Em 1995, este programa deixou de contar com o apoio da SIDA, o que levou a OIT a encerra-lo.

Por outro lado também não podemos esquecer de salientar a experiência da ALCECOOP – Asociación Latinoamericana de Centros de Educación Cooperativa, a qual reuniu desde 1976 os centros e institutos educativos latino-americanos de educação cooperativa, tanto do próprio Movimento como também ligados as Universidades públicas ou privadas. Esta demonstrou tão somente a necessidade de sua existência e capacidade de sobrevivência com os escassos recursos financeiros de que dispunha, porém não conseguiu lograr o que mais havia se proposto a perseguir, qual seja o desenvolvimento de seu ambicioso projeto, por falta fundamentalmente de um significativo apoio financeiro do próprio Movimento Cooperativo latino-americano.

Algumas legislações a nível internacional dispõem em seus artigos da obrigatoriedade de se ter fundos para as mais diversas finalidades, inclusive a educacional. Geralmente é uma percentagem para fazer frente às despesas, sendo que na legislação brasileira ele é de 5% das sobras líquidas (Art. 28, Lei n.º 5.764/71), este percentual deve cobrir as despesas técnicas, educacionais e sociais concomitantemente.

5. A EDUCAÇÃO COOPERATIVA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Quando se aborda sobre educação, fazemos referência a uma relação que, em termos gerais, se poderia denominar como relação educador-educando e onde se pode por em jogo um duplo mecanismo: de transmissão por parte do educador; de recepção e internalização por parte do educando.

A expressão “Educação Cooperativa” pode parecer coisas distintas, mas estão intimamente ligadas. Por um lado, uma metodologia e técnicas de educação que seriam distintas, ainda que não necessariamente exclusivas; de cooperativismo, mais toques de filosofia. Em suma, metodologia e técnicas educativas não são neutras, têm relação com uma certa concepção do homem e com os objetivos que se perseguem por meio da educação. Se impõe então no movimento cooperativo, uma reflexão sobre a metodologia e técnicas educativas com a filosofia implícita em seus princípios.

A Educação esteve sempre presente no Movimento Cooperativo, desde os primórdios de sua existência, o que nos demonstra sua necessidade diante da formação e manutenção das mesmas. Foram os Pioneiros que mais uma vez deram impulso no movimento cooperativo desta vez, para que a educação viesse a tornar-se um princípio cooperativo. Provavelmente, ao darem tanta importância a este princípio, estava presente a influência de Robert Owen, que no final de sua vida concentrou-se na educação das pessoas, na formação do “novo homem”, para a formação do “Novo Mundo Moral”. Antes de participarem da formação da cooperativa de consumo de Rochdale, vários dos Pioneiros participavam de “Círculos Owenistas”¹⁰, nos quais se reuniam semanalmente para debater a importância da formação operária e associativa, em função de um novo mundo que estava surgindo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

É importante lembrar que o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se

tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006 p. 6).

A possibilidade de contribuir efetivamente para o crescimento do ser humano (desenvolvimento), por meio da educação cooperativa passa, a entender, por dois canais complementares que, em definitivo, se resumem em uma atitude, que é “assumir” (CARELLO et. al, 1979).

6. COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA

A Lei nº 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008 implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas por vários campi. Os 38 IF foram compostos por 31 CEFETs, 75 Uneds, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas.

A origem do IF-SC remonta ao Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, que criou a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. A instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica, para fornecer profissionais especializados para o crescente desenvolvimento industrial. Em 1937, passou a denominar-se Liceu Industrial de Santa Catarina.

Já em 1942, através do Decreto-Lei nº 4.073, de 30/01/1942, tornou-se Escola Industrial de Florianópolis. Em 1965, a Lei nº 4.859 trouxe nova mudança de nome: Escola Industrial Federal de Santa Catarina. A partir de 1968, especializou-se em cursos técnicos de segundo grau, como Escola Técnica Federal de Santa Catarina – Portaria Ministerial nº 331. Na década de 80 começou sua expansão: em 1986 foi iniciada a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de São José e em 1994, a Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul. Ainda em 1994, foi implantado o Curso Técnico de Enfermagem em Joinville.

Depois da mudança para CEFET-SC, Lei nº 8.948 de 08/12/94, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia, em 2002, e de pós-graduação *lato sensu*, em 2005.

No processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional implementado pelo Governo Federal, o IF-SC passou de 3 campi em 2005 para 20 campi e 2 polos em 2011, atendendo a quase todo o Estado de Santa Catarina: Florianópolis, São José, Araranguá, Joinville, Chapecó, Itajaí, Lages, Canoinhas, São Miguel do Oeste, Gaspar, Criciúma, Xanxerê, Jaraguá do Sul, Palhoça, Garopaba, São Carlos, Caçador, Urupema, Içara, Siderópolis.

Somente foi encontrado o estudo de cooperativismo no IF-SC nos campi Itajaí, Urupema e Canoinhas.

No Campus Itajaí, os cursos técnicos em Pesca (subseqüente ao Ensino Médio) e Aquicultura (concomitante ao Ensino Médio) possuem a unidade curricular Associativismo e Cooperativismo, com carga horária de 40 horas. A unidade curricular visa facilitar a criação de associações e cooperativas.

7. CONCLUSÃO

O âmago dos Princípios Cooperativos está em Rochdale, e o projeto que os animou não foi objeto de qualquer proclamação solene, limitou-se a impregnar os Estatutos da nova organização.

Os Princípios, que viriam a ser difundidos por todo o mundo, não se assumem como tais através de um elenco explícito, mas quase todos marcam a sua presença.

O conhecimento seguro do sentido e conteúdo dos Princípios Cooperativos, tal como a ACI os concebe hoje, é uma condição necessária para se percorrer sem equívocos o caminho da sua eventual e permanente atualização. Acima de tudo, a base da cooperação é o membro, cujos interesses e necessidades devem sempre traduzir-se nos objetivos e nas atividades das organizações cooperativas, as quais devem estar alicerçadas no Princípio da Educação, Formação e Informação.

Todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados, dirigentes e do público em geral, nos princípios e técnicas tanto econômicas como democráticas da cooperação.

A educação, formação e informação cooperativa não poderá deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolve necessariamente também uma vertente doutrinária, devendo incidir, quer nos aspectos empresariais da vida cooperativa, quer nos aspectos associativos.

Pelo contrário, o desenvolvimento da educação implica uma estratégia, uma complexa planificação e articulação das medidas e tarefas, em suma, uma política. Pois a importância decisiva da educação para o desenvolvimento cooperativo há muito que é reconhecida pela doutrina.

Roger Ramaekers, em “Analyse critique des Principes Coopératifs”, p. 381, é claro e incisivo:

... falou-se de educação, disse-se que é um dever. É um imperativo ou trata-se de uma regra política? Contrapõe-se-lhe uma regra de autenticidade: é o que nos somos. Creio que somos o que fizemos e tornamo-nos no que fizemos. Acho paradoxal dizer que uma cooperativa é autêntica quando não pratica a educação; ela só passa a ser quando leva à prática a educação.

Pôr fim, o conceito cooperativo de educação é um processo que dura toda a vida, pois a educação cooperativa deve ser uma educação permanente, alertada para a possibilidade de a cooperativização do processo educativo lhe abrir novos horizontes. Pois, o relevo da educação no Sistema dos Princípios não esgota, no entanto, todo o seu significado em termos de cooperatividade.

O cooperativismo sempre foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento, entre os modelos sinalizados pelo capitalismo e pelo socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI. *Los Principios Cooperativos: nuevas formulaciones de la Alianza Cooperativa Internacional*. Saragoça: Escuela de Gerentes Cooperativos, 1968.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*. IFSC, 2010.

CARELLO et. al, Luis A. *Cooperativismo y desarrollo*. Buenos Aires: INTERCOP, 1979.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; SILVA, R. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DESROCHE, Henri. *El desarrollo intercooperativo: sus modelos y sus combinaciones*. Argentina: INTERCOOP, 1977.

DRIMER, Alicia Kaplan de; DRIMER, Bernardo. *Las cooperativas: fundamentos – historia – doctrina*. 2. ed. Argentina: INTERCOOP, 1975.

HOLYOAKE, Georges Jacob. *Historia de Los Pioneros de Rochdale*. Buenos Aires: INTERCOOP. 1975.

ICA. *Nuevos enfoques de los principios cooperativos en el mundo*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

KLAES, Luiz Salgado; SALN, José Francisco. *O Estado da Arte e a Educação Cooperativa*. Florianópolis: s.e., 1997.

LAIDLAW, Alex F.. *As cooperativas no ano 2.000*. Belo Horizonte: OCEMG, 1984.

LAMBERT, Paul. *La Doctrina Cooperativa*. Argentina: INTERCOOP, 1975.

LEITE, João Salazar. *Cooperação e Intercooperação*. Lisboa: Horizont., 1982.

MIQUEL, Maria Dolores Clúa. *Los Principios Cooperativos: sextas Jornadas Cooperativas*. Lérida: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

NAMORADO, Rui. *Los Principios Cooperativos*. Coimbra: Cooperativa Editorial de Coimbra, 1995.

O'NEILL, Ana Maria. *Cuerpo y alma del cooperativismo*. México: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1985.

RAMAEKERS, Roger. *Analyse critique des Principes Coopératifs*. Le Mans: Univesite du Maine, 1985.

SCHNEIDER, Jose Odelso; HENDGES, Margot. *Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação*. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa: Unisinos, 2006.

VERGARA, S. M. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

VILLASEÑOR, Florencio Eguia. *Los Principios del Cooperativismo: de Rochdale a nuestros días*. México: Confederación Mexicana de Cajas Populares, 1984.

WATKINS, William Pascoe. *Los Principios Cooperativos hoy y mañana*. Bogotá: ESACOOOP, 1989.